

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(FORNECIMENTO DE MATERIAL)**

(Processo Administrativo n.º 00112-00036774/2019-57)

**HISTÓRICO DAS REVISÕES**

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
12/01/2021	1.0	Criação do Documento	<b>Maria Alice Duarte</b> Chefe do Demap/DA
18/01/2021	1.1	Especificação Técnica – Item 6	<b>Eng. Márcio Francisco Costa</b> Chefe do Deinfr/DA
29/01/2021	1.1	Ajuste do TR conforme apontamento feitos SEI nº 54835439	<b>Maria Alice Duarte</b> Chefe do Demap/DA

**DADOS DA INSTITUIÇÃO**

ÓRGÃO		Nº do C.N.P.J
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP		00.037.457.0001-70
ENDEREÇO:	Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B"	
CIDADE:	Brasília	U.F.: Distrito Federal   CEP: 71.215-000   Telefone: 3403-2300

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto desta licitação o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de Areia Lavada Média, em substituição ao Ata de Registro de Preço nº 09/2019, de acordo condições estabelecidas neste Projeto Básico.

1.2. O certame será distribuído em dois lotes, sendo:

Lote 01 - Ampla Concorrência			
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	AREIA DE RIO LAVADA MÉDIA com grãos com diâmetro entre 0,42 a 2 mm, usado na construção civil: obras de terraplenagem como material para sub-base, calçamento de piso pré-moldados e paralelos.	Tonelada	4.000

Lote 02 - Cota Reservada			
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	AREIA DE RIO LAVADA MÉDIA com grãos com diâmetro entre 0,42 a 2 mm, usado na construção civil: obras de terraplenagem como material para sub-base, calçamento de piso pré-moldados e paralelos.	Tonelada	1.000

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

**2. DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a Informação e elementos técnicos constantes deste projeto básico.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de areia lavada média			
De natureza comum	SIM	X	NÃO
De prestação continuada	SIM		NÃO
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO
De Tecnologia da Informação	SIM		NÃO
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO
<b>JUSTIFICATIVA:</b> A presente contratação visa à contratação de empresa para o fornecimento de AREIA LAVADA MÉDIA.			
Conforme demanda o Art. 18, Inciso VI do regulamento de Licitações e contratos da NOVACAP:			
1 – o insumo objeto deste Termo de Referência, possui <u>natureza comum</u> , visto que possui padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação mediante especificações usuais do mercado.			
A técnica envolvida neste insumo é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Edital, incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas;			
2 – o insumo objeto deste Termo de Referência <u>não é de prestação continuada</u> , o fornecimento será parcelado emitido por Nota de Fornecedor, conforme quantidade detalhada no quadro constante do item 5;			
3 - o insumo objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual e nem é de Tecnologia da informação, visto que se trata do <u>fornecimento de insumo de natureza comum</u> .			

4 - não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	X
Definida	
JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade estimada com base nos levantamentos históricos de consumo da Ata de Registro de Preço nº 09/2019, portanto a demanda deve ser considerada como <b>ESTIMADA</b> , com previsão de variações de acordo com a especificidade ou sazonalidade da execução dos serviços.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: Trata-se de demanda a ser distribuída em lotes, um para ampla concorrência e o outro destinado à entidades preferenciais.				

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Não haverá restrição à participação de entidades preferenciais, conforme prevê a legislação vigente, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital. O tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais se dará por meio da destinação de cota reservada, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei Complementar nº 123/2016, da Lei nº 4.611/2011 e do Decreto Distrital nº 35.592/2014.				

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por preço unitário	
Empreitada por preço global	X
Contratação semi-integrada	
JUSTIFICATIVA: Trata-se de objeto cuja dimensão da demanda é definida, podendo ser aferida o menor preço global das propostas.	

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 569.200,00 (quinhentos e sessenta e nove mil e duzentos reais)
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, <b>sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória</b> , e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência e o Edital já apresentam critérios mínimos de qualificação técnica/operacional e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço global é o mais adequado.	

REAJUSTAMENTO
Não será permitido o reajustamento de preços, no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, prevalecendo o valor final adjudicado. Salvo em casos supervenientes.

3. **DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO**

3.1. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) é uma empresa estatal brasileira do Distrito Federal, fundada em 19 de setembro de 1956, e tem por objeto social a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal.

3.2. A Novacap é responsável pela manutenção e zeladoria do Distrito Federal por meio de gerenciamento obras planejadas pelo Governo, coordenando os trabalhos de construção, execução de galerias de águas pluviais, execução de pavimentação asfáltica, calçadas, meios-fios, benfeitorias em parques e praças, plantio e poda de grama, árvores e jardins ornamentais. Assim, faz-se necessária adoção de ações de manutenção corretiva visando à reparação, adaptação e modernização de instalações, estruturas e ambientes, mantendo-os em permanente condição de atender adequadamente as demandas institucionais e da sociedade usuária do Distrito Federal.

3.3. Outrossim, a NOVACAP é um dos principais atores na execução de programas do Governo do Distrito Federal - GDF tais como, o Programa GDF Presente, Programa Cidade Sempre Viva, RenovaDF, *Retrofit* das Feiras Permanentes, dentre outros.

3.4. Outro trabalho grande demanda do material do objeto desta contratação são as solicitações diárias de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

3.5. Neste sentido o insumo a ser adquirido visa atender as demandas de execução de reformas e realização de obras na Novacap no âmbito do Distrito Federal.

3.6. Desta forma, o material objeto desta contratação é de suma importância para a NOVACAP, cujos padrões de qualidade estão definidos nas descrições constantes do item 6.

3.7. A projeção estimada foi baseada nas demandas das Diretorias de Urbanização (S4426032) e de Edificações (S4426032). A estimativa foi realizada tomando por base o histórico de utilização, frente ao consumo e utilização da última Ata de Registro de Preço 009/2019, no qual havia sido estimada uma compra de 3.000 Toneladas de Areia Lavada Média. Além do consumo total da referida ata foi realizado um aditivo de 25% do objeto originalmente contratado. Apesar do aditivo contratual não foi suficiente para atender a demanda da Novacap o que resultou neste novo processo de contratação.

3.8. Assim, com base no histórico relatado acima foi considerado um acréscimo de aumento no quantitativo do objeto, visando atender os programas criados pelo governo.

4. **DA REFERÊNCIA E NORMATIVOS**
- 4.1. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- 4.2. Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap;
- 4.3. ABNT NBR 7211:2009 Versão Corrigida: 2019 - Agregados para concreto – Especificação.
- 4.4. ABNT NBR NM 46:2003 - Agregados - Determinação do material fino que passa através da peneira 75 um, por lavagem
- 4.5. ABNT NBR NM 248:2003 - Agregados - Determinação da composição granulométrica

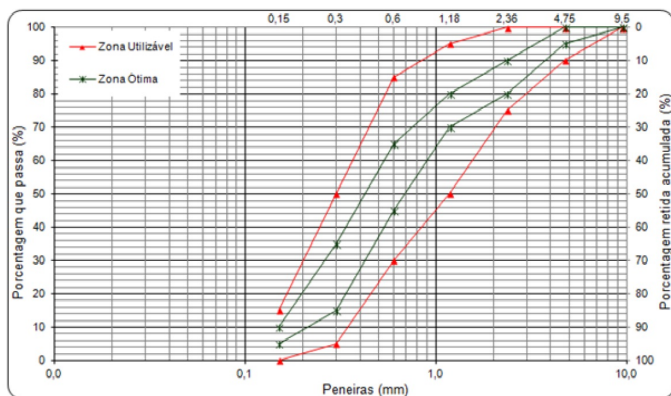
5. **DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**
- 5.1. O item a ser adquirido deve estar de acordo com as seguintes especificações e quantitativos:

Lote 01 - Ampla Concorrência			
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	AREIA DE RIO LAVADA MÉDIA com grãos com diâmetro entre 0,42 a 2 mm, usado na construção civil: obras de terraplenagem como material para sub-base, calçamento de piso pré-moldados e paralelos .	Tonelada	4.000

Lote 02 - Cota Reservada			
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	AREIA DE RIO LAVADA MÉDIA com grãos com diâmetro entre 0,42 a 2 mm, usado na construção civil: obras de terraplenagem como material para sub-base, calçamento de piso pré-moldados e paralelos .	Tonelada	1.000

6. **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**
- 6.1. Requisitos Gerais - Agregados graúdos e miúdos:
- 6.2. Os agregados devem ser compostos por grão de minerais duros, compactos, estáveis, duráveis e limpos, e não conter substâncias de natureza e em quantidade que possam afetar a qualidade, a durabilidade e eficiência das estruturas a que se destinem.
- 6.3. Os agregados devem ser fornecidos em lotes cujas unidades parciais de transporte devem ser individualizadas, mediante uma guia de remessa na constem pelo menos os seguintes dados:
- I. Nome do produtor;
- II. Proveniência do material;
- III. Identificação da classificação granulométrica;
- IV. Massa do material ou seu volume aparente;
- V. Data do fornecimento.
- 6.4. Requisitos mínimos para o agregado miúdo (Areia Lavada)
- 6.5. Agregados cujos grãos passam pela peneira de 4,75mm. Suas partículas individuais devem ser resistentes, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas.
- 6.6. O teor de material pulverulento, determinado segundo a ABNT NBR NM 46 deverá ser menor ou igual a 5% e a distribuição granulométrica, determinada segundo a ABNT NBR NM 248 deve atender aos limites da Tabela 1 abaixo, preferencialmente na Zona ótima.

Peneira com abertura de malha (ABNT NBR NM ISO 3310-1)	Porcentagem, em massa, retida acumulada			
	Limites inferiores		Limites superiores	
	Zona utilizável	Zona ótima	Zona ótima	Zona utilizável
9,5 mm	0	0	0	0
6,3 mm	0	0	0	7
4,75 mm	0	0	5	10
2,36 mm	0	10	20	25
1,18 mm	5	20	30	50
600 µm	15	35	55	70
300 µm	50	65	85	95
150 µm	85	90	95	100
NOTA 1 O módulo de finura da zona ótima varia de 2,20 a 2,90.				
NOTA 2 O módulo de finura da zona utilizável inferior varia de 1,55 a 2,20.				
NOTA 3 O módulo de finura da zona utilizável superior varia de 2,90 a 3,50.				



6.7. O material será também classificado em relação ao módulo de finura como:

Areia Fina ( $1,55 \leq MF < 2,20$ );

Areia Média ( $2,20 \leq MF < 2,90$ );

Areia Grossa ( $2,90 \leq MF < 3,50$ ).

6.8. Especificações

6.8.1. Os requisitos mínimos são parâmetros que podem ser obtidos com rapidez, em ensaios realizados nos laboratórios, visando à aceitação de um lote de materiais a ser entregue, porém, é indispensável que os materiais adquiridos atendam a todos os requisitos das normas e especificações, principalmente àqueles relacionados aos limites máximos de substâncias nocivas e outras que possam produzir reações químicas indesejáveis.

6.8.2. Para a avaliação desse material a Novacap observará, além das normas e especificações citadas, as prescrições da norma ABNT NBR 7211:2009, e atualizações.

## 7. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

7.1. Para aferição da quantidade do material entregue na Novacap, a cada emissão de Nota de Fornecimento, será adotado o seguinte procedimento:

7.2. O material será pesado para verificar o peso bruto, isto é o peso do caminhão com a carga;

7.3. Em seguida o caminhão é destinado ao Laboratório para análise do material;

7.4. Após a aprovação do laboratório, o material será descarregado no local determinado por esta companhia;

7.5. Concluída esta etapa, o caminhão passará novamente pela balança de pesagem para emissão do Ticket;

7.6. A diferença entre as duas pesagens será o peso líquido (material) correspondente ao quantitativo que a Novacap pagará, devendo constar no procedimento de pagamento os tickets do material;

7.7. O material poderá ser rejeitado quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

7.8. O material recusado será devolvido, devendo a empresa dar a destinação adequada ao produto devolvido;

7.9. O produto deverá ser substituído no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.10. O material recusado pelo laboratório da Novacap, DIATEC/DEINFRA/DU/PRES, não somará do quantitativo mínimo de entrega.

7.11. O material será recebido, acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado, como executor do contrato, auxiliando no esclarecimento de dúvidas que surgirem durante a vigência do contrato sem prejuízos das responsabilidades da empresa perante Novacap;

7.12. A quantidade de entrega do material deverá estar de acordo com o comunicado de solicitação da área demandante, que será encaminhado junto com a Nota de Empenho – NE, considerando no caso, apenas o material aprovado por meio de análise do Laboratório da Novacap, obedecendo-se o prazo de entrega item 8.

7.13. Constituirá descumprimento contratual entregas menores do que o estabelecido no comunicado de solicitação.

7.14. A Nota fiscal deverá ser descritiva, contendo N° da Nota de Empenho, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como as retenções tributárias, assim como as informações previstas no item deste Termo de Referência. A Empresa contratada só poderá emitir Nota Fiscal após a emissão da respectiva nota de empenho.

7.15. É de responsabilidade da empresa vencedora o transporte do produto, ter conhecimento e cumprir todas as normas que regulamentam o acondicionamento incluindo-se a carga e descarga;

7.16. É de responsabilidade do fornecedor, disponibilizar as pessoas encarregadas pela descarga do produto. Além de arcar com todos os tributos oriundos do transporte, entrega e fornecimento.

7.17. Se houver feriado regional ou nacional na semana a empresa poderá antecipar a entrega para cobrir o quantitativo descrito pela área demandante.

7.18. A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo da entrega do material na Novacap, com as devidas justificativas, caberá ao executor analisar e a autorização deverá ser efetuada pelo Diretor Administrativo ou Diretor da área demandante sem que a prorrogação prejudique o andamento dos serviços.

7.19. Entregas antecipadas poderão ser realizadas para compensações posteriores.

## 8. DA FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

8.1. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes neste Termo de Referência.

8.2. Deverá obedecer às normas e padrões da ABNT e atender de forma eficaz às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor

8.3. Deverá atender às normas de SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, e, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Vigilância Sanitária e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

8.4. O itens serão entregues de forma parcelada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Fornecimento do Comunicado de Solicitação emitido pela Novacap.

8.5. Local de entrega do objeto licitado:

Local: Novacap - Pátio da DIMAE/DA.

Endereço: Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B" em Brasília-DF.

Horário: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 16:00h

8.6. Constituirá descumprimento contratual entregas em desacordo com o item 6.

8.7. Os insumos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues acompanhados de

nota fiscal, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do Edital, o bem, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais;

#### 9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 9.1. Para todos os itens os licitantes deverão atender aos seguintes requisitos referentes ao fabricante:
- 9.2. Atestado de procedência do material - licenciamento ambiental da empresa responsável pela extração.

#### 10. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

Lote 01 - Ampla Concorrência					
Item	Descrição/especificação	Unidade de Medida	Qty	Preço Unitário	Preço Global
01	AREIA DE RIO LAVADA MÉDIA com grãos com diâmetro entre 0,42 a 2 mm, usado na construção civil: obras de terraplenagem como material para sub-base, calçamento de piso pré-moldados e paralelos .	Tonelada	4.000	R\$ 113,84	<b>R\$ 455.360,00</b>

Lote 02 - Cota Reservada ME/EPP					
Item	Descrição/especificação	Unidade de Medida	Qty	Preço Unitário	Preço Global
01	AREIA DE RIO LAVADA MÉDIA com grãos com diâmetro entre 0,42 a 2 mm, usado na construção civil: obras de terraplenagem como material para sub-base, calçamento de piso pré-moldados e paralelos .	Tonelada	1.000	R\$ 113,84	<b>R\$ 113.840,00</b>

- 10.1. Nos preços unitários deverão estar incluídas todas as despesas, encargos e tributos pertinentes para o produto.
- 10.2. O custo total estimado para aquisição do material a ser contratado/fornecido: AREIA LAVADA MÉDIA, conforme condições do presente Termo de Referência é de **R\$ 569.200,00** (quinhentos e sessenta e nove mil e duzentos reais), obtido através da média dos preços pesquisados no Banco de Preços, conforme Planilha Doc. SEI nº 54508952 e Nota Técnica de Pesquisa de Preços, (SEI nº 55092533).

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 11.2. Efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local constantes neste documento, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 11.3. Substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste documento de Referência, o objeto rejeitado após o recebimento do comunicado;
- 11.4. A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo na entrega do material na Novacap, com as devidas justificativas, caberá ao Diretor Administrativo analisar e autorizar a prorrogação caso não prejudique o andamento dos serviços.
- 11.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em condições de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 11.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Novacap, durante a realização do Contrato;
- 11.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 11.8. O material deverá ser entregue no prazo e quantitativo conforme solicitado pelo executor.
- 11.9. A quantidade mínima de entrega do material será estabelecida de acordo com o solicitado pela área demandante, considerando no caso, apenas o material aprovado pelo executor da Novacap, obedecendo-se o prazo de entrega do item 8 deste Termo de Referência.
- 11.10. Se houver feriado regional ou nacional na semana a empresa poderá antecipar a entrega para cobrir o quantitativo descrito no cronograma apresentado pela área demandante.
- 11.11. Constituirá descumprimento contratual entregas menores do que o estabelecido no comunicado de solicitação.
- 11.12. Entregas antecipadas poderão ser realizadas para compensações posteriores, desde que devidamente autorizadas pela Contratante.

#### 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 12.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido com as especificações constantes neste documento, para fins de aceitação e recebimento;
- 12.3. Rejeitar, no todo, fornecimento do material entregue em desacordo com o previsto neste documento;
- 12.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- 12.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de especificação e seus anexos.
- 12.6. A Novacap não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.7. Para dirimir dúvidas acerca da execução do contrato, será designado o empregado, Dorcelino Vaz de Araujo, telefone para contato (61) 3403-2695, Endereço eletrônico dorcelino.araujo@novacap.df.gov.br.

#### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento do material de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e da Lei nº 13.303/2016.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos art. 223 a 238 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 228 do Regulamento de licitações e Contratos da Novacap.
- 15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento do material.
- 15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA realize a avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento do material.
- 15.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento do material em relação à qualidade exigida, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

#### 16. DO PAGAMENTO

- 16.1. Pagamentos serão efetuados pela Contratante no prazo de até 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.2. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal
- 16.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e licitações e Contratos da Novacap.
- 16.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.6.1. o prazo de validade;
- 16.6.2. a data da emissão;
- 16.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.6.4. o prazo de entrega dos bens;
- 16.6.5. o valor a pagar; e
- 16.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.9. não produziu os resultados acordados;
- 16.10. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.11. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.21. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.22. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados

exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

#### 17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços a serem registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, salvo em casos supervenientes devidamente comprovados.

17.2. Em relação dos contratos, oriundos da Ata de Registro de Preços, os preços serão fixos e irrevogáveis, em período inferior a um ano, de acordo com o art. 28 da Lei 9.069/95. Ultrapassado esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente, nos termos do Decreto nº 37.121/16, adotando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste será a data da apresentação da proposta.

#### 18. DO CONTRATO

18.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

18.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de no máximo 01 (um) ano. Os Contratos ou instrumentos equivalentes, decorrentes do SRP deverão ser formalizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no art. 66, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap – RLC.

18.3. Os bens/materiais, objeto deste Termo de Referência, serão formalizados pelo instrumento de CONTRATO, e terá vigência de 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, nos termos do art. 177, do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap – RLC e da Lei nº 13.303/2016.

18.4. A CONTRATADA deverá prestar garantia fiduciária de 2% (dois por cento) do valor do CONTRATO, nos termos do art. 149 ao 166 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap – RLC e da Lei nº 13.303/2016, devendo optar dentre uma das modalidades definidas no § 2º do art. 70, da Lei nº 13.303/2016 e, art. 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap – RLC e da Lei nº 13.303/2016.

18.5. O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia contratual, que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da assinatura da avença contratual.

18.6. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso necessário, desde que a justificativa fundamentada seja previamente apresentada para análise da CONTRATANTE antes de expirado o prazo inicial.

18.7. Farão parte integrante do contrato este Edital, seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

#### 19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Novacap poderá exigir da contratada a prestação de garantia de execução do contrato para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, conforme disposto no art. 149 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

19.2. Nos casos precedidos de licitação, a exigência de garantia deve obrigatoriamente constar do edital e, nos casos de contratação direta, ser prevista no contrato, facultando-se, em todos os casos, ao futuro contratado a opção por uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

19.3. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e as cartas de fianças, seus endossos e aditamentos, devem expressar a Novacap como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital ou o termo de contrato ou termo aditivo aos quais se vinculam.

19.4. O valor da garantia será de até 2% (dois por cento) do valor do contrato e em caso de sua alteração, deverá ser atualizado, nas mesmas condições pactuadas originalmente.

19.5. Os percentuais da garantia prestada inicialmente deverão ser mantidos durante a execução dos serviços contratados.

19.6. O prazo da garantia deve coincidir com o do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

19.7. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

#### 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a Novacap, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

20.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.

20.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Novacap, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

20.5. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.6. As sanções previstas nos incisos I e III do item 20.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

20.7. O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

20.8. A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

20.9. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser

aplicada.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 21.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.1.1. Menor valor.
- 21.1.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.1.3. Não serão aceitos itens unitários cujos valores sejam superiores aos estimados nos termos deste Termo de Referência.
- 21.1.4. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é a apresentação de Atestado de Fornecedor de Bens e Produtos Compatíveis em quantidade e similaridade dos bens, relativo a cada lote em que estiver concorrendo.


22. **DA MATRIZ DE RISCO**
- 22.1. MATRIZ DE RISCO é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

OBJETO: AREIA LAVADA MÉDIA						
NATUREZA DO RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE	CAUSA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA MITIGADORA
1.CONTÁBIL	1.1 - Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária	Contratada	Mudança na legislação	Variação no custo para mais ou para menos Aumento ou diminuição do lucro da Contratada	BAIXO	Seguro risco de engenharia
2. FINANCEIRO	2.1 - Atrasos no pagamento de faturas pela contratante	Contratante	Indisponibilidade de recursos financeiros	Atrasos no prazo inicial estimado Alterações no fluxo de caixa da contratada	MÉDIO	Aplicação de atualização financeira nas faturas pendentes
3. JURÍDICO	3.1 - Caso fortuito ou força maior	Contratada	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior tais como: enxurradas, escorregamentos.	Aumento do custo Atraso no prazo inicial estimado ou descontinuidade no fornecimento do material	ALTO	Seguro risco de engenharia Aditivo contratual
	3.2 - Impedimento de pagamento de faturas pela contratante devido a falta de certidões com prazo em vigência	Contratada	Impedimentos jurídicos para emissão de certidões por parte dos órgãos competentes Gestão ineficiente da empresa contratada	Alterações no fluxo de caixa da Contratada	MÉDIO	Seguro risco de engenharia
4. PESSOAL	4.4 - Greves, manifestações de funcionários	Contratada/ Administração Pública	Demanda por reposições salariais	Atraso no prazo inicial estimado	BAIXO	Seguro risco de engenharia Aditivo contratual de prazo sem ônus para a Contratante
5. TÉCNICO/ OPERACIONAL	5.1 - Atraso na entrega do objeto contratual por culpa da Contratada	Contratada	Falta de insumo para a entrega	Aumento do custo do produto Atraso no prazo inicial estimado	ALTO	Recuperação do prazo pela empresa Contratada para impedir atrasos nas fases sequenciais; Aditivos contratuais de prazo, sem ônus para a Contratante; Aplicação das sanções previstas no Contrato e Edital.
	5.2 - Erro na estimativa de Custo	Contratante	Erro na estimativa de preço orçado	Super ou subfaturamento	MEDIO	Ampla pesquisa de preço em conformidade com a legislação


23. **DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**
- Elaborado por:
- Maria Alice Duarte Sobrinha**  
Chefe DEMAP/DA  
Elaborador
- Eng. Márcio Francisco Costa**  
Chefe do Deinfra/DU  
Responsável pelas especificações técnica constantes do Item 6.
- Eng. Leandro Gomes**  
DIADEC/DEINFRA/DU  
Responsável pelas especificações técnica constantes do Item 6.

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme informações emitidas pela área técnica e demandante

**Elzo Bertoldo Gomes**  
Diretor DA



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALICE DUARTE SOBRINHA - Matr. 09735224**, **Chefe do Departamento de Materiais e Patrimônio**, em 22/02/2021, às 18:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO GOMES DA SILVA - Matr.0973249-7**, **Engenheiro(a) Civil**, em 23/02/2021, às 10:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELZO BERTOLDO GOMES - Matr.0973333-7**,  
Diretor(a) Administrativo(a), em 23/02/2021, às 11:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756,  
de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-  
feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[aca=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **56461019** código CRC= **43685C65**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2391